

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 146/147

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
27 DE NOVEMBRO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchini, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Triano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caio Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e nesta ocasião o Poder Legislativo prestará homenagem a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada - 2º Grupamento de Fronteira 1972.

É com satisfação que anuncio a composição da Mesa: Exmos. Srs. general de divisão, Luiz Carlos Minussi, comandante da 5ª Região Militar e 5ª divisão de Exército e Divisão de Brigada; José de Oliveira Souza, comandante da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada 2º Grupamento de Fronteira; general de brigada, Reginaldo Pereira da Silva Neto, comandante de Artilharia Divisória da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército.

Convido os presentes para ouvirem o Hino Nacional Brasileiro a ser executado pela Banda de Música do Exército.

**Banda da Música do Exército  
Executa o Hino Nacional**

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Luiz Carlos Zuk, para que proceda à leitura dos termos do troféu em homenagem ao 30º aniversário da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada e 2º Grupamento de Fronteira/1972, Oeste do Paraná.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

A Assembléia Legislativa do Paraná, em Sessão do dia 27 de novembro de 2002, homenageou a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada - 2º Grupamento de Fronteira 1972, pelos 30 anos de criação e funcionamento no Oeste do Paraná.

É o que contém o troféu, senhor presidente Hermas Brandão.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tenho a mais elevada satisfação de convidar o senhor general de divisão, Luiz Carlos Minussi, para que proceda a entrega do troféu em homenagem ao 30º aniversário da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada ao general de brigada José de Oliveira Souza.

Solicito ao senhor 1º Secretário, deputado Luiz Carlos Zuk, para que proceda a leitura dos nomes, em ordem cronológica de comando, dos ex-comandantes, homenageados esta tarde, por este Poder Legislativo e os termos dos diplomas que serão entregues aos comandantes e aos ex-comandantes da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, 2º Grupamento de Fronteira 1972 - Oeste do Paraná.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em sua sessão do dia 27 de novembro de 2002, homenageou o general de Divisão, Jofre Sampaio, comandante da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, 2º Grupamento de Fronteira - 1972, no período de 14 de maio de 73 a 27 de abril de 75, consignando na Ata dos trabalhos um voto de louvor pelos serviços prestados à comunidade paranaense, bem como a toda população brasileira.

Curitiba, 27 de novembro de 2002.

Assinam: Hermas Brandão, presidente, Valdir Rossoni, 1º secretário e Antonio Anibelli, 2º secretário.

Além do ilustre general de divisão, Jofre Sampaio, também é conferido diploma ao Exmo. Sr. general de divisão, Rômulo Nunes Camargo, que contém igual teor do já lido ao ilustre general Jofre Sampaio.

Temos ainda em honra aos Exmos. Srs. general Hélio Lima; general de divisão Waldir Muniz, general de exército, Hélio Pacheco; general de divisão, Eduardo Barbosa; general de exército, Waldir Martins; general de divisão, *in memoriam* Ruperto Clodoaldo Pinto.

E ainda, general de divisão Felipe Jorge da Silva; general de brigada, João Cozensa; general de divisão, Nelson Borges Molinari; general de divisão, José Eduardo Sombra; general de brigada Silvio Alves Ramos; general de divisão Gustavo Adolfo Castro Dutra de Men-

ezes, *in memoriam*; general de divisão Almir Veloso; general de divisão; Ubiratan Marcondes e general de brigada José de Oliveira Souza.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a mais elevada satisfação de convidar o senhor general de divisão, Luiz Carlos Minussi, para que proceda a entrega dos diplomas aos ex-comandantes da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada e 2º Grupamento de Fronteira 1972.

General de divisão, Rômulo Nunes Camargo.

(**Aplausos**)

General de divisão Jofre Sampaio.

(**Aplausos**)

Informamos aos nossos parlamentares que os diplomas dos demais homenageados serão entregues posteriormente pelo general de divisão, Luiz Carlos Minussi.

Esta presidência concede a palavra ao senhor deputado Cesar Seleme, que em nome desse Poder Legislativo, saudará a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada e 2º Agrupamento de Fronteira pelo seu 30º aniversário de criação.

#### O SR. CESAR SELEME

(**Lê**):

“Exmo. Sr. Hermas Eurídes Brandão, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. general de divisão Luiz Carlos Minussi, comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército; Exmo. Sr. general de brigada Reginaldo Pereira da Silva Neto, comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército; Exmo. Sr. general de brigada José de Oliveira Souza, comandante da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada; Exmo. Sr. deputado Luiz Carlos Zuk, 1º secretário da Assembléia; Exmo. Sr. deputado Nelson Tureck, 2º secretário da Assembléia.

Autoridades presentes, senhoras e senhores.

‘A maioria daqueles que lêem a História, limitam-se apenas ao prazer que lhes proporciona a variedade de acontecimentos que ela apresenta; não lhes ocorre, pelo menos em pensamento, imitar as suas belas ações’.

Estas palavras não são minhas, são de Maquiavel, mas exprimem com fidelidade absoluta os meus pensamentos neste momento.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que por designação de seu presidente deputado Hermas Brandão tenho a honra de representá-la neste evento resolveu numa feliz iniciativa de seu prócer maior homenagear a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada - 2º Grupamento de Fronteira pelos seus 30 anos de criação e funcionamento no Oeste do Paraná.

A essa homenagem podemos chamar de registro de uma das belas ações da história de nosso Estado que por

30 anos conta com o apoio de um grupamento de soldados que ajudaram a escrever as mais emocionantes páginas da história do Oeste do Paraná.

Como disse o nosso presidente Hermas Brandão, ‘se não houvessem outros motivos - como de fato existem - a homenagem já seria plenamente justificada pela perfeita integração entre os militares do Exército Brasileiro com a comunidade de Cascavel e de toda a região Oeste’.

Senhoras e senhores.

O Exército Brasileiro é uma das três forças singulares que integram as Forças Armadas, incumbidas, principalmente, das operações terrestres.

É uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina.

Sua destinação constitucional é a de defender a Pátria e os poderes constituídos a lei e a ordem juntamente com a Marinha e a Aeronáutica.

As missões primordiais do Exército decorrem de sua destinação constitucional, e são: Defender a integridade territorial e a soberania nacional;

Manter a ordem constitucional e legal, defender os poderes constitucionais e prover segurança para atividades nacionais;

Para estar permanentemente apto a cumprir essas missões o Exército precisa ministrar instrução aos seus quadros e tropas, adestrando-os continuamente, aprimorando o preparo intelectual, físico e moral de seus componentes e, formando o pessoal do Exército Ativo e suas reservas.

Concomitantemente com essas atividades coopera subsidiariamente para o desenvolvimento nacional em setores como o transporte, implantando, construindo e conservando rodovias e ferrovias;

Colabora, ainda, na Educação através da formação de técnicos de várias especialidades, em todos os níveis, na manutenção de escolas de alfabetização, colaborando com a sociedade no combate ao analfabetismo, e, também participando da formação de mão-de-obra qualificada, aproveitando os conscritos que anualmente, passam por suas fileiras.

Participa, ainda, atuando nas áreas de saúde e saneamento, na melhoria das condições de higiene do contingente anual de conscritos, através da vacinação, exercícios físicos metódicos e alimentação regular, isso tudo, sem contar na valiosa colaboração na assistência sanitária às populações mais carentes das longínquas regiões deste País.

O papel do Exército Brasileiro no Desenvolvimento do país, como se pode perceber é dos mais efetivos.

Autoridades presentes, senhoras e senhores.

Entre as muitas divisões do Exército Brasileiro, situadas no Estado do Paraná, uma tem se destacado, não só no seu papel de colaboração no desenvolvimento do Oeste paranaense, como também pela sua função de ofer-

ecer segurança no setor das Três Fronteiras, Brasil/Paraguai/Argentina é a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Faz-se necessário, portanto, que apresentemos um breve histórico da formação da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, pois ela se confunde com colonização do Oeste e Sudoeste do Paraná, região que se confronta com as repúblicas do Paraguai e Argentina.

A sua presença militar na área iniciou-se em 1888, com a instalação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu.

A 1ª Companhia Independente de Fronteiras estabeleceu-se na cidade de Foz do Iguaçu, a partir de 1932 com a missão de prover a segurança das fronteiras e trouxe consigo a obra nacionalizadora que a sua presença representava.

Através do Decreto 01 - Reservado de 11 de novembro de 1971, criou-se o 2º Grupamento de Fronteira, origem da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Guarapuava.

Entretanto, em 14 de novembro de 1972, pela Portaria Ministerial 050, a criação do grupamento foi efetivada, mas, já na cidade de Cascavel subordinado à 5ª Região Militar e recebendo a responsabilidade territorial nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Sua instalação ocorreu oficialmente no dia 11 de agosto de 1973 em Cascavel.

O 2º Grupamento de Fronteira reunia sob sua jurisdição o 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu a 2ª Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão, a 5ª Companhia de Fronteira de Guaíra todos no Paraná e o 1º Esquadrão Independente de Cavalaria de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina e o 2º Esquadrão Independente de Cavalaria de Palmas e o 26º Grupo de Artilharia de Campanha de Guarapuava, ambos no Paraná.

O desenvolvimento apresentado pela região, aliado aos estudos vigentes em meados da década de 70, para a construção de Hidrelétrica de Itaipu exigiu uma organização militar no nível de Brigada.

Assim, em 1980, o 2º Grupamento de Fronteira, com a reestruturação do Exército Brasileiro, transformou-se na atual 15ª Brigada de Infantaria Motorizada subordinada à 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército.

Atualmente, a área de responsabilidade da Brigada inclui a região da “Tríplice Fronteira”, mundialmente conhecida pelo seu potencial turístico, por suas características comerciais, pela Itaipu Binacional e pelas belezas naturais das Cataratas do Iguaçu.

Senhoras e senhores.

Para consolidar as homenagens que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná presta a essa valorosa instituição militar 15ª Brigada de Infantaria Motorizada de Cascavel, me permitam citar Rui Barbosa, que escreveu, em A Imprensa e o Dever da Verdade: “Três âncoras deixou Deus ao homem: o amor da Pátria, o amor da Liberdade e o amor da Verdade.”

O amor da Pátria, hoje para nós se concretiza nas figuras dos ex-comandantes da nossa homenageada 15ª Brigada de Infantaria Motorizada:

General de divisão Jofre Sampaio; general de brigada Hélio Ibiapina Lima; general de divisão Waldir Alves Costa Muniz; general de exército Hélio Pacheco; general de divisão Eduardo Cesar Lucena Barbosa; general de exército Waldir Eduardo Martins; general de divisão Ruperto Clodoaldo Pinto; general de divisão Romulo Nunes Camargo; general de divisão Felipe Jorge da Silva; general de brigada João Consensa; general de divisão Nelson Borges Molinari; general de divisão José Evandro Sombra; general de brigada Sylvio Heitor Alves Ramos; general de divisão Gustavo Adolfo Castro Dutra de Menezes; general de divisão Zamir Meis Veloso; general de divisão Ubiratan Athayde Marcondes; e seu atual comandante, general de brigada, José de Oliveira Sousa.

O amor da liberdade está expresso na ligação entre essa unidade do nosso glorioso Exército Brasileiro, à história do desbravamento e da colonização da rica região Oeste do Estado do Paraná.

E, o amor verdadeiro se concretiza na feliz iniciativa do deputado Hermas Brandão em homenagear na pessoa de cada uma das autoridades aqui citadas toda a valorosa corporação da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada de Cascavel.

Parabéns e sinceras felicitações, são os desejos do Poder Legislativo do Estado do Paraná”.

Tenho dito!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. general de Brigada, José de Oliveira Souza.

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA

(Lê):

Exmo. Sr. deputado Hermas Brandão, digníssimo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. general de divisão Luiz Carlos Minussi, comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército; Exmo. Sr. general de brigada Reginaldo Pereira da Silva Neto, comandante da Artilharia Divisionária da 5ª D.E.; Exmos. Srs. general de divisão Jofre Sampaio e Romulo Nunes Camargo, ex-comandantes do 2º Grupamento de Fronteira e da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, que se fazem presentes nesta Casa, representados ou acompanhados de seus familiares, para serem também homenageados; Exmo. Sr. deputado estadual Cesar Seleme; Exmos. deputados estaduais; Ilmo. Sr. Marcos Formighieri, diretor-presidente do jornal Gazeta do Paraná; Exmas. autoridades federais, estaduais, municipais e eclesíásticas! Meus senhores, minhas senhoras.

Ser lembrado na data do aniversário é algo extremamente saudável e agradável, a partir do momento que recebemos os cumprimentos dos nossos amigos, seja com um simples mas significativo parabéns, seja com uma chamada telefônica, carta ou telegrama e, até mesmo, com uma pequena lembrança. Todas essas manifestações servem para mostrar que estamos conseguindo estabelecer e manter amizades e, no campo profissional,

cumprindo com a nossa missão de maneira digna, respeitosa e edificante.

Sermos homenageados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por ocasião dos 30 anos da nossa Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Cascavel, é uma prova incontestável dos laços de admiração e respeito mútuo, estabelecidos e estreitados pelo Exército Brasileiro e a população do Oeste deste Estado, por intermédio das suas unidades militares com sede em diferentes cidades daquela região.

Falei na 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, mas o que vem a ser essa grande unidade que, assim como os que me antecederam, tenho muito orgulho de comandar?

A história de formação da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada confunde-se com a colonização do Oeste e Sudoeste do Paraná, pois a presença do Exército Brasileiro naquela área começou em 1888, com a instalação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu.

Em 11 de novembro de 1971, quando Cascavel não atingira ainda a sua maioria de emancipação política, foi criado o 2º Grupamento de Fronteira, origem da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Guaruapuava. Entretanto, no ano seguinte, no dia 14 de novembro, a criação do Grupamento foi efetivada na cidade de Cascavel.

Em 16 de dezembro de 1980, com a reestruturação do Exército Brasileiro, o 2º Gpt Fron transformou-se na atual 15ª Bda Inf Mtz, mantendo responsabilidade territorial nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Coordenando as ações e missões das suas unidades sediadas em Apucarana, Guaruapuava, Palmas, Francisco Beltrão, Guaíra e Cascavel, todas no Paraná e em São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada participa ativamente do desenvolvimento de uma das áreas mais prósperas e pujantes do nosso Brasil. Isto, por si só, é motivo de orgulho para os militares que a integram.

Nesse contexto, verifica-se que o então 2º grupamento de Fronteira, a atual 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, e a própria cidade de Cascavel enfrentaram e venceram desafios juntos, auxiliando-se mutuamente, e escreveram páginas históricas, até mesmo heróicas, no desenvolvimento daquela região.

Passados trinta anos, Cascavel continua a crescer em ritmo raramente apresentado por outras cidades e já se constitui numa das mais importantes e desenvolvidas economias do Estado do Paraná.

A 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, por sua vez, também continua a crescer e a participar ativamente desse desenvolvimento:

- seja atuando na defesa dos interesses nacionais na faixa de fronteira com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai - neste momento estamos com nossas tropas desdobradas entre Foz do Iguaçu e Guaíra, em apoio a órgãos federais e estaduais, em face da existência de focos da febre aftosa no país vizinho;

- seja recebendo, anualmente, sem qualquer forma de discriminação, um grande número de jovens das mais variadas origens e camadas sociais, educando-os, disciplinando-os e preparando-os para, se necessário for, oferecer a própria vida em sacrifício na defesa do nosso bem maior, a Pátria;

- seja preparando-nos, também, para o exercício pleno de cidadania e do civismo, agregando-lhes valores morais e espirituais, indispensáveis à formação de uma sociedade forte e justa;

- seja, muitas das vezes, despertando-lhes uma vocação ou dando-lhes uma habilitação, uma profissão;

- seja pela iniciação ou complementação de sua educação para a preservação do meio ambiente, que visa assegurar ao País qualidade ambiental propícia, ao desenvolvimento sócio-econômico, à defesa dos interesses de segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana - a área ocupada pelo comando da nossa Brigada, em Cascavel, é uma prova irrefutável desta afirmativa;

- seja pelo culto à nossa história, aos nossos heróis e aos nossos antepassados, voltado para a preservação e o fortalecimento da crença inabalável no nosso País;

- seja pela injeção de recursos da União naquela região, por intermédio do seu efetivo profissional ou temporário, alimentando o comércio local e permitindo a geração e a manutenção de empregos.

Aos ex-comandantes aqui presentes, em nome dos quais falo, transmito meu preito de gratidão, por permitir uma volta ao passado com o testemunho vivo daqueles que contribuíram, decisivamente, para a presença marcante do Exército Brasileiro naquela região. Eles sabem, e muito bem, o quanto lhes custou enfrentar e superar os óbices que conjunturas passadas lhes impuseram.

Desde o estimado general Jofre Sampaio, primeiro comandante do 2º Gpt Fron, todos nós, integrantes da Brigada, podemos nos orgulhar do trabalho até então realizado. O alto conceito do qual desfruta o Exército Brasileiro no Oeste paranaense é fruto do empenho de cada um dos nossos oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados, principalmente dos que nos antecederam. Muitos, hoje, fazem parte da população das cidades que os acolheram.

Esta é a sua 15ª Brigada de Infantaria Motorizada que, assim como o próprio Exército Brasileiro, sem alarde, trabalha e contribui para o desenvolvimento regional e nacional.

São trinta anos ao lado de um novo guerreiro, de mãos dadas com o desenvolvimento! Trinta anos proporcionando segurança àquela importante parcela de Brasil! Trinta anos formando reservistas, corações e amigos.

Esta é a sua 15ª Brigada de Infantaria Motorizada. Parabéns por seus 30 anos de relevantes serviços prestados ao País, naquela bela, próspera e forte região.

Obrigado à Assembléia Legislativa pela homenagem ora prestada a esta parcela representativa do braço forte da nossa Nação, sempre pronta para estender a mão amiga a sua população.

Obrigado, Paraná, por nos acolher.”

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta Presidência tem a honra de entregar ao general de brigada José de Oliveira Souza a sua homenagem, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Queremos participar também a presença do major aviador, Edson Pasqualino de Souza, por sinal andiraense como este presidente.

Esta Presidência agradece a presença de todos que aqui compareceram e convida a todos para ouvirem o Hino do Paraná a ser executado pela Banda de Música do Exército, após o que estará encerrada a presente homenagem.

**(Execução do Hino do Paraná)**

Reaberta a Sessão Ordinária e sob a Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Marcos Isfer e Nelson Tureck, iniciaram-se os trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

OFÍCIO Nº 1112/2002

Curitiba, 22 de novembro de 2002.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo Anteprojeto de Lei, que trata do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, devidamente acompanhado da Exposição de Motivos.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. a segurança do meu profundo respeito.

(a) RAFAEL IATAURO

Presidente do Tribunal de Contas

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná é integrado por 11 (onze) Procuradores, sendo chefiado pelo procurador-geral escolhido pelo governador do Estado, em lista triplíce formado por seus membros, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

Art. 2º - O cargo de procurador-geral, de provimento em comissão, fica transformado em cargo efetivo e integra o quadro fixado no artigo anterior.

Art. 3º - Aplica-se aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no que couber, a Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua aplicação revogadas as disposições contrárias.

**Exposição de Motivos**

Senhor Deputados:

Dispõe a Constituição Estadual, promulgada após a Constituição Federal de 1988, sobre o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nos seguintes artigos:

“Art 77 - O Tribunal de Contas, integrado por sete Conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 101 desta Constituição.

Art. 121 - Aos membros do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas, aplicam-se as disposições desta seção, no que se refere a direitos, vedações e formas de investidura.”

Primeiramente é preciso remarcar que o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas é totalmente diverso do Ministério Público que atua junto ao Poder Judiciário; são carreiras totalmente diversas, tanto que uma veio disposta no artigo 128 e outras no artigo 130 - ambos da CRFB/88, sendo certo que não podem atuar junto aos Tribunais de Contas membros do Ministério Público Comum, assim como os membros do Ministério Público Especial não podem atuar no Ministério Público Comum, ou seja, junto ao Poder Judiciário.

O famoso constitucionalista José Afonso da Silva sempre entendeu que:

“...O artigo 130 admite o Ministério Público Especial, não mencionado no artigo 128, junto aos Tribunais de Contas, portanto, junto à órgão não jurisdicional...Ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas só compete o exercício de suas funções essenciais de **custos legais** porque a Representação da Fazenda Pública, aí, como em qualquer outro caso, é função das respectivas Procuradorias, nos termos dos artigos 131 e 132”. (Curso de Direito Positivo, 9ª edição).

Em decisão paradigmática, o Supremo Tribunal Federal deixou clara a completa separação entre as duas carreiras, fixando na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 789-1, articulada contra a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, que previu o Ministério Público Especial, que:

“a especificidade do Ministério Público que atua perante o TCU, e cuja existência se projeta num domínio

institucional absolutamente diverso daquele em que se insere o Ministério Público da União, faz com que a regulação de sua organização, a discriminação de suas atribuições e a definição de sua estatuto sejam passíveis de vinculação mediante simples lei ordinária...” (Relator o Ministro Celso de Mello, DJU, 19.12.94, pág. 35.180).

Recentemente decidiu o Pretório Excelso que os Procuradores Gerais do Ministério Público Especial só podem ser nomeados dentre os Procuradores já integrantes da carreira junto ao Tribunal de Contas (ADIN 1791-1):

“A invalidade jurídico-constitucional do artigo 75 da Lei nº 11.435, de 28.05.97, sobressai da violação ao disposto nos artigos 128, § 3º e 129, §§ 2º e 3º, ambos c/c o artigo 130, todos da Constituição Federal, os primeiros dos quais estabelecem que a escolha do Procurador-geral dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios advirá da nomeação pelo Chefe do Executivo Estadual, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, após a formação de lista tríplice que se constituirá por integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, os quais ingressarão mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, devendo tal forma de investidura alcançar os membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, a teor da norma estatuída no último dos dispositivos mencionados.”

Em consonância com o decidido pela Suprema Corte, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná decidiu, à unanimidade, que o cargo de Procurador-geral do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas há de seguir a investidura fixada no artigo 128, § 3º da CRFB/88 - artigo 116 da CE/89 - (MS nº 95828-5/03 - Relator Des. Carlos Hoffmam, *verbis*:

“Ementa: Mandado de Segurança - Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas - lista tríplice para escolha de seu Procurador-geral - interpretação dos artigos 130 da Constituição Federal e 121 da Constituição Estadual - Ordem Concedida.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei nº 550/2002, que torna obrigatória a utilização pelos moinhos de trigo, da matéria prima que menciona, na produção de farinha de trigo, (mandioca).

Sala das Sessões, em 27.11.2002.

(a) ADEMIR BIER

### REQUERIMENTO Nº 2566

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de

Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.11.2002

(a) NELSON TURECK

### REQUERIMENTO Nº 2568

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 732/2002, tendo em vista que proposição que trata da mesma matéria, já foi aprovada pela Casa e sancionada pelo senhor Governador, como Lei nº 11637.

Sala das Sessões, em 27.11.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

### REQUERIMENTO Nº 2569

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Orçamento 2003, para o dia 29 de novembro de 2002.

Sala das Sessões, em 27.11.2002

(a) CEZAR SILVESTRE

Presidente da Comissão de Orçamento

### REQUERIMENTO Nº 2567

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja marcada Sessão Solene para o próximo dia 09 de dezembro, às 17h00, para a entrega do título de Cidadão Benemérito do Estado ao Sr. Edgard Antônio Lippmann Júnior.

Sala das Sessões, em 27.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

### REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Jornal Gazeta do Paraná de Cascavel, alusivos aos 11 anos de fundação.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Marcos Formighieri, diretor do Jornal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Fortunato Bebbler, 868 - CEP: 85800-380 - CP 413 - Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 27.11.2002.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Gazeta do Paraná tem nestes últimos anos desde sua fundação se firmado como um jornal sério,

comprometido com as questões mais importantes da região Oeste e de todo o Paraná, lutando a cada dia pelo jornalismo de credibilidade, com uma diversidade de temas e noticiário abrangente e interessante aos seus fiéis leitores.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 737/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Lúcia Bastos, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em, 27.11.2002.

(a) EDSON PRACZYK

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Lúcia Bastos, é uma entidade sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, prestando assistência aos educandos, integrando a comunidade no contexto escolar, proporcionando reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis, contribuindo para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar.

### PROJETO DE LEI Nº 738/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Sócio Ambiental - Instituto Pachamama, com sede e foro no município de Irati.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em, 27.11.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Desenvolvimento Sócio Ambiental - Instituto Pachamama de Irati tem por finalidade desenvolver, estimular e executar projetos de Assistência Social, Moral, Cívica, Cultural, Esportiva, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia, Telecomunicações, Transporte, Turismo e Lazer, visando o aperfeiçoamento e melhoria de vida para a pessoa humana em geral e, em particular, a infância, juventude, velhice e os excepcionais.

Preocupa-se em promover e estimular as atividades cívicas, morais e intelectuais, visando ao culto à

Pátria, às instituições, à família e à dignidade do homem, através de programas com fins exclusivamente educativos e culturais.

Por essas e outras razões que só enaltecem o papel do Instituto de Desenvolvimento Sócio Ambiental - Instituto Pachamama de Irati, esperamos o apoio dos nobres deputados para a aprovação da matéria.

### PROJETO DE LEI Nº 739/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 13859/2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em, 27.11.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo corrigir a Lei nº 13859/2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

### PROJETO DE LEI Nº 740/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica regulamentado o pedido de vistas, adiamentos e novas audiências de processos, de qualquer natureza, em tramitação no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, da seguinte forma:

§ 1º - Incluído o processo em pauta o relator poderá solicitar, pelo prazo máximo de 04 (quatro) Sessões regulamentares e consecutivas, o adiamento do julgamento, para melhor análise, elaboração do relatório e voto.

§ 2º - A solicitação de vistas do processo, durante a Sessão de julgamento, poderá ser requerida por qualquer conselheiro, devendo ser devolvido ao relator, no mesmo prazo fixado no artigo 1º.

§ 3º - O pedido de nova audiência do procurador geral junto ao Tribunal de Contas obedecerá à regra estabelecida no artigo 2º.

§ 4º - Os pedidos de adiamento, vistas e nova audiência poderão ser requeridos, por escrito, antes da respectiva Sessão, com os fundamentos da solicitação,



submetendo-se a matéria à deliberação do respectivo órgão julgador.

§ 5º - Os auditores, no exercício de suas competências regulamentares, estarão sujeitos aos mesmos requisitos, prazos e penalidades tratadas nesta lei.

§ 6º - Não apresentado para julgamento o feito adiado, no prazo estabelecido no artigo 1º, perderá o conselheiro automaticamente a função da relatoria, devendo o presidente, por ato próprio e vinculado, na mesma Sessão, designar, por sorteio, novo relator para o processo.

§ 7º - Na hipótese do artigo 2º, não devolvido o processo, na quarta Sessão regulamentar e consecutiva, o presidente deverá requisitar o feito ao respectivo conselheiro para a próxima Sessão, com as devidas anotações na Ata da Sessão.

I - A ocorrência do fato mencionado no *caput* deste artigo acarretará ao conselheiro responsável o impedimento de votar ou de solicitar qualquer diligência no processo, objeto da respectiva vista.

II - Não caberá designação de auditor, para o fim previsto no parágrafo acima, ficando reduzido o quórum do respectivo julgamento.

§ 8º - Quando não atendido o prazo de devolução de nova audiência, de que trata o artigo 3º, o presidente, na quarta Sessão consecutiva, requisitará o feito para a próxima Sessão, ficando o procurador geral junto ao Tribunal de Contas do Estado impedindo de solicitar, no respectivo processo, novas audiências ou diligências.

§ 9º - As atribuições, conferidas por esta lei ao presidente, constituem ato vinculado a ser praticado de ofício, independente de prévia manifestação ou autorização do Tribunal Pleno, caracterizando a sua omissão como ato de improbidade administrativa.

I - O não atendimento à requisição de devolução solicitada pelo presidente, constituirá em conduta tipificada no artigo 11, da Lei nº 8429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, sujeitando o faltoso às penas previstas no artigo 12, III, da Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992.

§ 10 - Os feitos em julgamento que, na data da publicação desta lei, estiverem suspensos em mais de 02 (duas) Sessões regulamentares e consecutivas do respectivo órgão julgador, deverão ser devolvidos no prazo máximo de 01 (uma) Sessão, aplicando-se, no que couber, as disposições e responsabilidades estabelecidas nesta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de regulamentar o pedido de vistas, adia-

mentos e novas audiências, de qualquer natureza, em tramitação no Tribunal de Contas do Estado.

A sistemática proporcionará enormes benefícios para todos os envolvidos no processo de julgamento do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno, nem no Grande Expediente - em razão da Sessão Especial que antecedeu esta Sessão - e não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o senhor vai fazer mais uma Sessão após esta?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mais uma Sessão.

Sobre a mesa, Ofício nº 1112/2002, subscrito pelo senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que trata do cargo de procurador geral junto ao Tribunal de Contas do Estado, devidamente acompanhado da Exposição de Motivos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2566, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas, que cria cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Em votação.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª discussão.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, quero encaminhar o projeto

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agora é a emenda.

Está em votação a emenda aprovada em 2ª discussão.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres/APM, da Escola Municipal Independência - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Boa Esperança. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 660/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio de cooperação técnica não reembolsável no valor de US\$ 750.000,00 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para implantação do Programa de Sistemas de Transporte Urbano Sustentável no Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2002, que prorroga para 29 do corrente mês, prazo para pagamento da parcela única ou da primeira parcela de créditos tributários de que trata a Lei nº 13.798, de 12 de setembro próximo passado, conforme especifica. COM PARECERES DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de nº 01, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada.

Emenda Modificativa de Plenário de nº 02, de autoria dos senhores deputados Duílio Genari, Valdir Rossoni, Sérgio Spada, Fernando Ribas Carli e Nereu Moura, devidamente apoiada, ambas nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
DE PLENÁRIO DE Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 697/2002**

Art. 1º - Fica prorrogado, para 29 de novembro de 2002, os prazos constantes do *caput* do parágrafo 1º e do inciso IV do parágrafo 3º, todos do art. 1º da Lei nº 13.798, de 12 de setembro de 2002.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos a partir de 1º de novembro de 2002.

Sala das Sessões, em 27.11.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Edno Guimarães, Fernando Guimarães, Nelson Tureck, Ricardo Maia.

**EMENDA MODIFICATIVA DE  
PLENÁRIO DE Nº 02**

Prorroga para o dia 20 de dezembro, o prazo previsto no artigo 1º do Projeto de Lei nº 697/2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica prorrogado para 20 de dezembro de 2002, o prazo constante do parágrafo 1º e do inciso IV do parágrafo 3º, ambos do art. 1º, da Lei nº 13.798, de 12 de setembro de 2002.”

Sala das Sessões, em 27.11.2002

(aa) DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI,  
FERNANDO RIBAS CARLI, NEREU MOURA  
E SÉRGIO SPADA

**O Projeto retorna à CCJ.**

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pescadores e Ecologistas de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 373/2001**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Util-

idade Pública a Associação de Pescadores e Ecologistas de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SÉRGIO SPADA - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Flórida. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 168/2001, de 13.11.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 597/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no município de Flórida e foro no município de Astorga.

A referida matéria esteve nesta Comissão de Constituição e Justiça, aguardando completar 1 ano de personalidade jurídica.

Preenchido tal requisito, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

Sala das Comissões, em 19.11.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SÉRGIO SPADA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 597/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no município de Flórida e foro no município de Astorga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SÉRGIO SPADA - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 671/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Família Solidária. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. EMENDA DA CCJ. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 681/2001, DE AUTORIA DO DEPUTADO ALGACI TULIO). **Aprovado. (Publ. no DA. nº 184/2001, de 04.12.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI Nºs 671/2001 e 681/2001

##### P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 671/2001 e 681/2001, respectivamente de autoria dos deputados Luiz Carlos Alborghetti e Algaci Tulio, autorizam o Poder Executivo a criar o Programa Família Solidária.

Os projetos não apresentam óbice de natureza legal ou constitucional, devendo apenas serem adequados ao disposto na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Pelo exposto opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 19.08.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 671/2001

O artigo 1º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Família Solidária, para abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco.

§ 1º - Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

§ 2º - Considera-se em situação de risco a criança e adolescente que estejam sem condições mínimas de bem-estar e dignidade como alimentação, moradia, saúde e educação.”

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer, Orlando Pessuti, Antonio Carlos Belinati.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETOS DE LEI Nºs 671/2001 e 681/2001

##### P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nº 671/2001 e 681/2001, são de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti e Algaci

Tulio, respectivamente e visam autorizar o Poder Executivo a criar o Programa Família Solidária.

Chamada esta Comissão de Finanças e Orçamento a se manifestar sobre a matéria entendemos não haver nenhum óbice. No que concerne a análise desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da presente proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do duto Plenário desta Assembléia Legislativa.

Sobre esta matéria e este projeto de lei, já existe um pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Assim sendo seguimos o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça e manifestamos nosso parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PROJETOS DE LEI Nº S 671/2001 E 681/2001

#### P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 671/2001 e 681/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti e Algaci Tulio, respectivamente tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Programa Família Solidária.

Chamada esta Comissão a se manifestar nada encontramos que possa impedir a tramitação do presente projeto de lei, sendo acatada a proposta de emenda modificativa, apresentada e aprovada pela Comissão e Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 14.10.2002

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Confluência, localizada no Rio Marrecas. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. Aprovado. (Publ. no DA nº 38/2002, de 09.04.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 206/2002

#### P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 206/2002 de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Confluência, localizada no Rio Marrecas, entre os municípios de Turvo e Prudentópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatou-se que a matéria em tela, atende aos requisitos legais, não havendo óbice a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 206/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Confluência, localizada no Rio Marrecas, entre os municípios de Turvo e Prudentópolis.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Orlando Pessuti, manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão de Finanças, chamada à manifestação de mérito consonante com o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, emite parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 206/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em exame, de autoria do deputado Cezar Silvestri, autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Confluência, localizada no Rio Marrecas.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.05.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/2002, de autoria do deputado Tony Garcia, institui o dia do Técnico de Segurança do Trabalho e a Semana de Prevenção de Acidentes e Saúde do Trabalhador, a semana que compreender o dia 27 de novembro. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 069/2002, de 28.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 383/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Tony Garcia, que institui o Dia do Técnico de Segurança do Trabalho e a Semana de Prevenção de Acidentes e Saúde do Trabalhador, a semana em que compreender o dia 27 de novembro.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA AO ARTIGO 3º  
PROJETO DE LEI Nº 383/2002

**Emenda:**

Fica suprimida a expressão “revogadas as Disposições em Contrário”, contida no artigo 3º, do projeto de lei em epígrafe.

Art 1º - Fica suprimida a expressão “revogadas as disposições em contrário, contidas no artigo 3º, passando a ter o citado artigo a seguinte redação:

“Art. 3ª - Está lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari.

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que cria o Programa de Valorização Profissional junto aos egressos do Sistema Penitenciário no território do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2002, de 29/05/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 391/2002

P A R E C E R :

De autoria do deputado Divanir Braz Palma, o projeto de lei em análise cria o Programa de Valorização Profissional junto aos egressos do Sistema Penitenciário no território do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a matéria, nada encontramos que obste sua normal tramitação por esta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 391/2002

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do nobre deputado Divanir Braz Palma, que objetiva criar o Programa de Valorização Profissional, destinado aos egressos do Sistema Penitenciário, no Estado do Paraná, conforme especifica.

A proposta reveste-se de significativo alcance social, tendo em vista que, se transformada em lei, oportunizará aos ex-presidiários sua melhor e mais fácil reintegração à sociedade, em face dos conhecimentos profissionais que lhes serão transmitidos através do pretendido programa.

Além deste, outro aspecto não menos relevante deve ser considerado, que é a ocupação do preso em atividade sadia e edificante, o que, indubitavelmente, lhe restituirá a dignidade pessoal e o vislumbre de uma vida útil e produtiva após o cumprimento da pena.

Considerando o exposto, esta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, reconhece o mérito da medida proposta, manifestando-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2002.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente  
WALDYR PUGLIESI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui no Estado do Paraná o Dia da Soka Gakkai, conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2002, de 29/05/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 393/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui no Estado do Paraná o Dia da Soka Gakkai, conforme especifica. (*sic*)

Chamada esta relatoria a se pronunciar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que denomina de Porto Dr. Antonio Anibelli o porto à margem do Rio Iguaçu, que liga o município de Capanema ao município de Ser-

ranópolis do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**  
**Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2002, de 06/08/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 PROJETO DE LEI Nº 547/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, visa denominar de Porto Doutor Antonio Anibelli, o porto à margem do Rio Iguaçu, que liga o município de Capanema ao município de Serranópolis do Iguaçu.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**ORLANDO PESSUTI** - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que denomina de Viaduto Manfredo Rodrigo Cominese, o cruzamento da Avenida Airton Sena com a Avenida Roque Vernalha, no município de Paranaguá. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (Publ. no DA nº 105/2002, de 13/08/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 PROJETO DE LEI Nº 562/2002

**P A R E C E R :**

De autoria do deputado Ângelo Vanhoni, o projeto de lei em pauta denomina de Viaduto Manfredo Rodrigo Cominese, o cruzamento da Avenida Airton Sena com a Avenida Roque Vernalha, no município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar pela legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que obste sua normal tramitação por esta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**ALGACI TULIO** - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
 PROJETO DE LEI Nº 562/2002

**P A R E C E R :**

De autoria do deputado Ângelo Vanhoni, o projeto de lei em pauta denomina Viaduto Manfredo Rodrigo Cominese o cruzamento da Avenida Airton Sena com a Avenida Roque Vernalha, no município de Paranaguá.

O projeto já recebeu parecer favorável na douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificamos o elevado mérito da matéria que homenageia ilustre empresário de Paranaguá, que muito colaborou para o desenvolvimento daquele município, pelo que somos de parecer favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 26.11.2002.

(aa) **EDSON STRAPASSON** - Presidente  
**ALGACI TULIO** - Relator

**O SR. NERU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

**O. SR PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação com a chamada nominal dos senhores deputados.

Solicito ao nosso 1º Secretário a chamada nominal dos senhores parlamentares.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)**

**(Procede chamada nominal dos senhores deputados)**

Trinta e três deputados estão presentes, senhor presidente.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, gostaria de convidar os deputados que estão na Casa, nos seus gabinetes, para virem ao plenário, porque teremos uma emenda constitucional a ser votada e seria importante que todos comparecessem, para que pudéssemos votar.

**O SR. PRESIDENDE (Hermas Brandão)**

Em votação.

**Aprovado.**

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Ouro Branco, localizada no Rio Mourão. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2002, de 19.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 PROJETO DE LEI Nº 575/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, visa autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada de PCH Ouro Branco, localizada no Rio Mourão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 575/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 575/2002 é de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem como objetivo autorizar a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica denominada de PCH Ouro Branco, localizada no Rio Mourão.

Chamada esta Comissão de Finanças para analisar e se manifestar ao presente Projeto, não encontramos nada ao que concerne a esta Comissão que possa impedir a normal tramitação do Projeto, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do douto Plenário desta Assembléia Legislativa.

Sobre esta matéria e este projeto de lei, já existe um pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Assim sendo seguimos o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça manifestando nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 575/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Cezar Silvestri, autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Ouro Branco, localizada no Rio Mourão.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se, e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.2002

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

**ITEM 15**

1<sup>1/2</sup>/2<sup>1/2</sup>/2<sup>1/2</sup>/2<sup>1/2</sup>ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 702/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Projeto de Coração para Coração - AAPCC - Lar João Carrilho, com sede e foro no município de Maringá.

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/2002, de 11.11.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 702/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Projeto de Coração para Coração - AAPCC - Lar João Carrilho, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Católica Assistencial Servos de Maria (Cocasma), com sede e foro no município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 139/2002, de 12.11.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 703/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Comunidade Católica Assistencial Servos de Maria - Cocasma de Cascavel, com sede e foro no município de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 704/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional das Associações de Pais e Mestres do Núcleo de Toledo - Arant, com sede e foro no município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 139/2002, de 12.11.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 704/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Núcleo de Toledo - Arant, com sede e foro no município de Toledo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2542 e 2548, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2560, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2564, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2567 e 2568, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2569, de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada presente Sessão, marcando um Sessão Extraordinária para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 139/2002.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 373, 597, 617/2001; 206, 383, 391, 393, 547, 556, 562, 575, 702, 703, 704/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 042, 043, 405, 618/2002.

Levanta-se a Sessão.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 032ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
27 DE NOVEMBRO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Marcos Isfer e Nelson Tureck.

Às quinze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido.



Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### **ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 139/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que acresce inciso XXXVI ao artigo 54 da Constituição do Estado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO - COM. COM SUBSTITUTIVO GERAL. (Publ. no DA nº 145/2002, de 26.11.2002 e em Avulso).**

#### **COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 139/2002**

##### **Relatório**

Da autoria do deputado Cesar Seleme, a presente proposição visa acrescentar inciso XXXVI ao artigo 54 da Constituição Estadual, dispondo sobre o sistema de previdência e assistência social dos senhores parlamentares e serviços da Secretaria da Assembléia Legislativa.

##### **Fundamentação**

A proposição em tela visa contemplar, no âmbito do Estado, a previdência parlamentar assegurando os benefícios e assistência, através de legislação específica.

##### **Conclusão**

Assim sendo, com fundamentação no artigo 24 da Constituição Federal, que dispõe da competência do Estado para legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde (XII do artigo 24), consideramos a presente Proposição Constituição e Legal, pelo que opinamos pela aprovação da mesma na forma da Emenda Substitutiva Geral, já que da maneira em que está redigida, ela foge das normas de redação das técnicas legislativas.

Sala das Comissões, em 27.11.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

Relator e Coordenador

#### **COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL À PROPOSIÇÃO Nº 139/2002**

Artigo Único - O artigo 54 da Constituição estadual fica acrescido de inciso XXXVI, com a seguinte redação:

“Art. 54 -...

XXXVI - dispor sobre o sistema de previdência e assistência social do seus membros e dos servidores de sua Secretaria, extensivos ao cônjuge ou companheiros e aos dependentes”.

Sala das Comissões, em 27.11.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

Relator e Coordenador

Vamos votar uma emenda à Constituição, devendo esclarecer ao Plenário que para votação da Proposição nº 139/2002, adotamos os dispostos pelo parágrafo 5º, do artigo 64 da Constituição do Estado e artigo 196 do Regimento Interno, ou seja, a votação será pelo processo nominal da seguinte forma: os nomes serão enunciados em voz alta pelo primeiro secretário, os senhores deputados levantando-se de suas cadeiras responderão “sim” ou “não”, conforme aprove ou rejeite a matéria em votação, parágrafo 4º, artigo 167 do Regimento Interno.

A presidência deseja salientar que para a aprovação da proposição serão necessários 3/5 de votos dos membros da Assembléia, ou seja 33 votos sim.

Solicito ao senhor 1º secretário que dê início a chamada nominal para votação, deverão ser procedidas duas chamadas nominais.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)

**(Procede as Chamadas Nominais)**

Senhor presidente, 40 senhores deputados votaram sim.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

**Está aprovada a emenda.**

Todos os parlamentares presentes votaram pela sua aprovação.

Nenhum voto pela sua rejeição.

**Está Aprovado em 1ª Discussão a emenda nº 139/2002.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.